

EDUCAÇÃO INFANTIL E DIVERSIDADE: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO IDENTITÁRIA

Daniela Almeida de Oliveira Limaⁱ
Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Riosⁱⁱ¹

2

RESUMO

Este artigo discute o papel da educação infantil na valorização da diversidade e no enfrentamento das desigualdades sociais. A escola como espaço para formação pode tanto tentar fortalecer as infâncias criativas e plurais quanto reproduzir as exclusões e hierarquias. As instituições educativas, não são apenas o lugar de ensino mas também um território fértil de enfrentamentos diários com a desigualdade. Como parte do campo social, elas podem e devem ser um espaço privilegiado de luta contra o racismo e outras formas de exclusão. O texto destaca a importância do reconhecimento da infância como uma construção histórica e social, analisando como as práticas pedagógicas podem influenciar na construção das identidades das crianças. Além disso, sinaliza para o comprometimento político e social que devem ter as instituições da educação infantil. As discussões estão fundamentadas em autores como Gomes e Araújo (2018), Abramowicz, Oliveira (2013) e Áries (1981). O objetivo da discussão é enfatizar a necessidade de políticas educacionais que promovam uma educação sensível às diferenças. Propõe a formação de professores(as) que inclua reflexões sobre o racismo, e garanta um ambiente escolar equitativo. A escola pode atuar como um território de resistências e fortalecimento identitário para crianças pretas, proporcionando um espaço de aprendizado que valorize suas identidades e experiências.

Palavras-chave: Educação Infantil; Diversidade; Identidade; Antirracismo; Formação docente.

INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui-se um espaço fundamental de formação humana, onde as crianças vivenciam suas primeiras experiências coletivas fora do ambiente familiar, e onde começa a se construir a base para o desenvolvimento da identidade e dos vínculos sociais. Nesse contexto, marcado por encontros com a diferença, é natural que se desenvolvam processos de socialização que favorecem o reconhecimento e a valorização das diversidades presentes na sociedade. Conforme orienta o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), o desenvolvimento da identidade está diretamente atrelado a esses processos de interação social, nos quais as crianças

¹ Professora da Educação Infantil Mestra em Educação e Contemporaneidade-UNEB-BA CMEI Olga BenárioE-mail:danielalima@educacaosalvador.net

² Professora Professora Titular Plena da Universidade do Estado da Bahia UNEB. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC/UNEB titular da UNEB-BA E-mail: jrios@uneb.br



ampliam seus laços afetivos e constroem saberes a partir do intercâmbio com outras crianças e adultos, reconhecendo o outro enquanto sujeito singular e diferenciado (Brasil, 1998b, p.177).

Contudo, a educação infantil não se limita a ser um ambiente neutro ou meramente funcional de troca de saberes, de experiência e de transmissão de conhecimento. Ela se apresenta como um território de disputas sociais e políticas, onde práticas pedagógicas e currículos reproduzem ou contestam desigualdades e exclusões manifestas no tecido social, envolvendo relações de poder historicamente enraizadas. É nesse espaço que se travam importantes lutas contra o racismo, o sexismo, a homofobia e outras formas de opressão, configurando-se, portanto, como um campo fértil para o fortalecimento identitário e a promoção da equidade. Assim, torna-se imprescindível que a educação infantil seja um local privilegiado onde incorpore sem medida um olhar crítico e comprometido, capaz de produzir reconhecimentos e valorização das infâncias plurais, livre das amarras que limitam o potencial das crianças e mantêm hierarquias sociais (Gomes e Araújo, 2018; Abramowicz e Oliveira, 2013) e que preconizam uma educação das infâncias escolarizantes e adultocêntrica (Santos, Santiago, Barreiro, Macedo e Farias, 2018).

A construção histórica e social da infância revela seu caráter dinâmico e plural, rompendo com concepções adultocêntricas e homogêneas que, por muito tempo, dominaram tanto o entendimento quanto às práticas educativas voltadas para essa fase da vida. Segundo Áries (1981), a descoberta da infância começou, sem dúvida, no século XIII, tornando-se mais significativa no século XVII. Ele argumenta que, antes desse período, não havia um sentimento de infância: as crianças eram vistas como frágeis e, assim adquirindo certas habilidades, eram inseridas na vida adulta, sem passar por uma fase intermediária. Somente com a modernização, a partir do século XVIII, passou-se a considerar a criança como um ser em desenvolvimento, diferente dos adultos, necessitando de cuidados, escolarização e preparo para sua atuação no mundo. Martins Filho (2024) destaca que a construção social da infância tem sido historicamente marcada por uma perspectiva adultocêntrica, na qual as crianças são interpretadas e avaliadas a partir das normas e expectativas do adulto, sem que tenham suas vozes e experiências reconhecidas em sua plenitude. Essa visão restringe o entendimento das infâncias, reduzindo-as a um estado de falta ou incompletude, e invisibiliza as múltiplas formas de resistência e produção cultural próprias das crianças. Diante dessas perspectivas é



emergente se buscar sempre abordagem que discuta, pesquise e que valorize as infâncias como um espaço autônomo de construção social e cultural, onde as suas expressões possam ser escutadas e respeitadas em sua diversidade, rompendo com os modelos adultocentricos, homogeneizadores e neutralizadores do desenvolvimento infantil. Esse entendimento fundamenta a importância para a consciência de práticas pedagógicas e investimentos em políticas educativas que considerem a infância em sua pluralidade e diversidade, promovendo ambientes que escutem e valorizem as distintas identidades e formas de ser e estar no mundo.

Considerando esse contexto, o presente artigo apresenta e um estudo fundamentado na pesquisa narrativa, no qual o relato de experiência de uma professora, as práticas e os discursos relacionados à diversidade racial e de gênero são utilizados para compreender como a escola pode se tornar um espaço de exclusão e de normatização dos corpos infantis. A reflexão parte de uma situação vivenciada envolvendo um aluno, sua antiga professora, buscando analisar os desafios e as possibilidades para que a escola se constitua como um espaço de resistência, de escuta das infâncias e de formação identitária. Valorizar às vozes das crianças, reconhecer as diferenças e combater as exclusões sociais articuladas às questões de raça, classe e gênero são passos essenciais nesse processo. Além disso, destaca-se a urgência da promoção efetiva de políticas públicas inclusivas na educação infantil, fundamentais para o enfrentamento do adultocentrismo e do racismo estrutural presentes na sociedade brasileira, elementos que impactam diretamente as práticas e relações escolares.

Essas políticas são indispensáveis para garantir ambientes educativos acolhedores, justos e respeitosos das múltiplas identidades das crianças, assegurando-lhes o direito ao pleno desenvolvimento em um contexto verdadeiramente inclusivo. Os resultados da pesquisa narrativa evidenciaram que a escola, ao mesmo tempo em que se propõe como espaço de socialização e formação integral das crianças, pode também reproduzir práticas de exclusão e normatização que silenciam as diferenças. O relato de experiência analisado revelou como as interações cotidianas entre professoras, alunos e comunidade escolar refletem as tensões sociais mais amplas ligadas a raça, gênero e classe. Observou-se que, apesar de avanços no reconhecimento da diversidade nas práticas pedagógicas, ainda persistem posturas adultocêntricas e concepções homogêneas de infância que dificultam a valorização das expressões e identidades infantis. Essas práticas se manifestam, por exemplo, na imposição de padrões de comportamento, na desvalorização das culturas



infantis e na ausência de representatividade racial e de gênero em materiais didáticos e currículos.

Contudo, o estudo também revelou movimentos de resistência e transformação dentro do ambiente escolar, impulsionados por professores comprometidos com a escuta sensível e com a promoção de uma educação inclusiva. Esses profissionais, ao reconhecerem as infâncias como múltiplas e diversas, contribuem para a construção de espaços pedagógicos que valorizam o diálogo, a empatia e o reconhecimento mútuo. Assim, a experiência investigada evidencia que a mudança é possível quando a escola assume um compromisso ético e político com a equidade e a justiça social.

Conclui-se que a educação infantil, como primeiro espaço institucional de convivência coletiva, exerce papel essencial na formação de sujeitos críticos e conscientes de suas identidades. A análise narrativa evidencia que superar práticas excludentes e adultocêntricas requer mais que mudanças curriculares: implica rever concepções de infância, docência e diversidade. Defende-se, assim, uma educação infantil que seja território de escuta e valorização das múltiplas infâncias, reconhecendo as diferenças como potência de aprendizagem. Para tanto, tornam-se indispensáveis políticas públicas, inclusivas e formativas, capazes de assegurar ambientes educativos democráticos, acolhedores e socialmente justos. Somente uma perspectiva crítica e comprometida com a equidade poderá consolidar uma educação infantil que valorize a diversidade e contribua para uma sociedade mais humana e equânime.

METODOLOGIA

Narrar e escrever um relato possui uma característica intrínseca: pressupõe o outro, trazendo à tona experiências vivas que emergem do passado, articulam-se com o presente e ativam a memória. Durante a pesquisa em andamento, o olhar de pesquisadora sobre o contexto vivido no Centro Municipal de Educação Infantil possibilitou coletar, encaixar e desencaixar lembranças, imagens e marcas, organizando-as em uma tessitura de sentidos que ressignificava as experiências, minhas e do outro, e possibilitava a reconstrução do saber pedagógico.

Nesse processo, como narradora e autora da pesquisa, fui convidada a refletir sobre minha trajetória e meus processos formativos. Ao longo do percurso metodológico, revelo e desvelo experiências pedagógicas na educação infantil que se



entrelaçam com o que o outro revela de si, compondo um campo de trocas, descobertas e sentidos compartilhados. Assim, trago fragmentos de fragmentos: acontecimentos vividos no cotidiano do Centro Municipal de Educação Infantil que exigiram pausas pausas para reorganizar e ressignificar os elementos que foram constituindo a pesquisa, seja a partir do vivido pelo outro, seja do que ainda está em processo de construção.

Nesse contexto, Rios (2016) aponta que a narrativa pode ser compreendida como um dispositivo de pesquisa-formação, no qual a experiência atua como produtora de sentidos e de estéticas voltadas à docência. A partir dessa perspectiva, a narrativa se configura como o modo mais potente de representar e compreender a experiência, pois, como lembram os autores do campo da pesquisa narrativa, o pensamento narrativo é uma forma essencial de viver, escrever e refletir sobre o vivido. Diante desse contexto, Clandinin e Connelly (2011, p. 20) concebem que

Investigação narrativa é uma maneira de entender a experiência. É uma colaboração entre pesquisadores e participantes por um tempo, em um lugar ou série de lugares e na interação social com o meio. Um investigador adota esta matriz como central e continua com o mesmo espírito, concluindo a investigação ainda centrada no viver e contar, revivendo e recontando as histórias das experiências que compõem a vida das pessoas, tanto individual quanto social.

Por esse viés, no presente artigo, as narrativas são entendidas como modos de habitar a experiência pedagógica na educação infantil, e a colaboração entre o pesquisador e os participantes torna-se um eixo central. Nesse cenário, cabe sublinhar que, conforme Bondía (2014), relato é a linguagem da experiência, que se elabora nesse formato. Para o autor, se o relato desaparece, desaparece também a língua com a qual se trocam as experiências e a possibilidade de intercambiá-las. Trago viva, nesta escrita, a experiência. Desse modo, experiência e narração se entrelaçam, movendo-me em um fluxo contínuo que evita a crise da experiência e o fim da narração, tal como Benjamin (1997) descreve em seus escritos. O autor explicita que a modernidade provocou uma perda dessa capacidade, pois o excesso de informações que nos bombardeiam nos empobrece de experiências genuínas (Benjamin, 1997). Visto isso, tornamo-nos cada vez mais estranhos uns aos outros, incapazes de trocar experiências de maneira significativa. A experiência é o eixo de toda pesquisa narrativa, uma não pode existir sem a outra e é essencial que ambas permaneçam vivas.

REFERENCIAL TEÓRICO



A educação infantil, enquanto espaço de encontro com as diferenças, deve constituir-se como um ambiente de experiências significativas, aprendizagens, interações e resistências. É fundamental que proporcione às crianças um espaço seguro e acolhedor, no qual possam expressar sua essência e construir identidades plurais e afirmativas, rompendo com modelos uniformizadores que apenas reproduzem exclusões históricas (Oliveira, 2013). Compreender as infâncias como um tempo e um espaço de produção cultural e de práticas sociais específicas, nas quais as crianças desenvolvem modos próprios de interpretar e significar o mundo, é essencial tanto para a formulação de práticas pedagógicas que assegurem o pleno desenvolvimento humano em sua diversidade quanto para a elaboração de políticas públicas que reconheçam e valorizem essa complexidade.

Nesse contexto, uma educação infantil que reconhece as infâncias em sua pluralidade assume um papel estratégico na transformação social, ao valorizar as vozes e experiências das crianças e propor pedagogias que desafiem padrões homogeneizadores e naturalizadores das desigualdades. Essa abordagem promove um ambiente acolhedor e respeitoso às singularidades de cada criança. A reflexão sobre a diversidade seja ela racial, de gênero ou cultural exige que as práticas educativas ultrapassem formalismos, envolvendo debates críticos e reflexivos que contribuam para a desconstrução de preconceitos, do racismo e de outras formas de exclusão. A questão racial, em especial, requer atenção urgente diante do racismo estrutural e institucional ainda presente nas instituições escolares, que muitas vezes invisibiliza e deslegitima as identidades das crianças negras (Oliveira e Abramowicz, 2013).

Dessa forma, torna-se essencial a formação docente sensível e comprometida com essas questões, que inclua reflexões profundas sobre o racismo, o sexismo e as múltiplas formas de discriminação, garantindo que o ambiente escolar seja um espaço equitativo e afirmativo. É preciso que os profissionais da educação infantil estejam preparados para reconhecer e valorizar as diversidades presentes em suas turmas, atuando como agentes de resistência e transformação, capazes de promover diálogos que potencializem o empoderamento das crianças e de suas famílias (Gomes e Araújo, 2018).



A partir do reconhecimento da educação infantil como um espaço de diversidade e resistência, e de extrema importância para a formação identitária das crianças que o constituem, evidencia-se a urgência de repensar as práticas pedagógicas e as relações presentes nesse contexto, sobretudo diante das manifestações de preconceito e discriminação que ainda permeiam o cotidiano escolar. Segundo Arroyo (2018), é preciso desconstruir a episteme colonial eurocentrada por meio da construção de pedagogias descolonizadoras, que pressuponham outras epistemes no modo de pensar a infância. Torna-se, portanto, fundamental que os ambientes educativos e as práticas pedagógicas ampliem a escuta sensível às expressões infantis de identidade, promovendo o acolhimento e o respeito às diferenças corporais, de gênero, raça e classe social, dentro de uma perspectiva emancipatória e descolonizada.

Em síntese, a educação infantil, ao assumir a diversidade como princípio estruturante, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e plural. O enfrentamento das práticas excludentes e o compromisso com uma pedagogia descolonizadora são caminhos necessários para que as instituições de ensino se tornem, de fato, espaços de acolhimento, diálogo e reconhecimento das múltiplas identidades infantis. Investir na formação docente, no fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas e na valorização das vozes das crianças significa reafirmar a educação infantil como um território de resistência, emancipação e transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto atual da educação infantil, é necessário promover diversas estratégias e práticas pedagógicas que acolham e valorizem a diversidade na primeira infância. Isso se faz urgente porque ainda predomina nas instituições uma educação marcada por posturas dogmáticas e estruturalistas, que universalizam a ideia de um discurso binário e normalizam desigualdades e práticas adultocêntricas. Segundo Farias e Finco (2013):

Refletir sobre as questões das diferenças e da diversidade na educação das infâncias significa considerar as características do trabalho de cuidar e educar crianças pequenas e suas relações com as construções socioculturais do



trabalho feminino e, sobretudo, problematizar valores adultocêntricos e homofóbicos.

Partindo da compreensão de que a educação infantil deve constituir-se como um espaço de escuta, acolhimento e diálogo com as múltiplas infâncias, torna-se imprescindível reconhecer que cada criança é um sujeito histórico, social e culturalmente situado. É preciso e urgente, pensar a criança e as infâncias a partir de outras bases, bases essas fundamentadas em uma educação das diferenças (Abramowicz e Oliveira, 2013). Assim, a prática docente deve ir além da simples reprodução de modelos prontos, que buscam capturar e normatizar as infâncias, tentando enquadrá-las em padrões previamente definidos pois as crianças, contudo, reinventam constantemente maneiras de resistir e de escapar aos códigos instituídos, à máquina de sobre codificação e às organizações binárias impostas pelos adultos que compõem os espaços da educação infantil. Diante disso, torna-se necessário construir experiências pedagógicas significativas, que respeitem as singularidades e promovam a inclusão em suas mais diversas dimensões.

Diante do exposto é a partir dessa perspectiva que o presente estudo se propõe a apresentar um relato de experiência docente, no qual ela narra uma situação vivenciada em uma turma da educação infantil, envolvendo o desafio de lidar com a postura de uma outra professora que demonstrava resistência em aceitar o comportamento de uma criança por este apresentar um jeito mais efeminado. Essa experiência permitiu que tanto a pesquisadora como também a professora narrado participante da pesquisa refletisse sobre como valores e crenças pessoais podem interferir na prática pedagógica, reforçando estereótipos de gênero e limitando as expressões individuais das crianças.

O episódio ocorrido na escola e narrado por ela tornou-se um ponto de partida para refletir sobre as práticas pedagógicas e os desafios que emergem quando a diversidade se manifesta no cotidiano escolar. Quando há o questionamento: O que faremos com o diferente? O que pretendemos fazer com o outro? Com o estrangeiro? (Abramowicz, 2009). O episódio vivido no início do ano letivo, com a chegada da nova turma, revelou tensões entre concepções tradicionais que normatizam e enquadram e uma proposta educativa baseada no respeito às singularidades. É nesse cenário que se insere o relato a seguir, que apresenta a situação vivenciada com o aluno e as implicações dessa experiência para a construção de uma prática mais inclusiva e sensível às diferenças.



Era o início do ano letivo quando assumi a turma do Grupo 5. Entre as crianças, estava João³ um menino de gestos leves, sorriso aberto e uma alegria que se espalhava pela sala. Gostava de dançar, de fazer performances e de brincar com as meninas. Sua espontaneidade parecia iluminar os dias, mas bastou essa forma singular de ser para que sua antiga professora viesse até mim, em tom de alerta, dizendo que era preciso “cortar o mal pela raiz” e fazê-lo abandonar aquele “jeito de menina. Enquanto falava, percebi o peso de suas palavras. Ela dizia se preocupar com o futuro de João, pobre, preto e diferente”, temendo que ele sofresse violências ainda maiores quando crescesse. Contou que havia tentado “corrigir” seu comportamento: orientando-o sobre como sentar e andar insistindo para que brincasse apenas com os meninos, conversando diversas vezes com os pais, tudo em vão, segundo ela. Saí daquela conversa tomada por uma mistura de incômodo e reflexão. Era evidente o quanto crenças e valores pessoais podiam atravessar a prática pedagógica, especialmente quando a diferença é percebida como um desvio a ser consertado. A atitude daquela professora revelava uma visão estreita da infância e das expressões de gênero, negando o direito de João ser quem ele é. Ali, compreendi o quanto certas posturas, ainda que revestidas de preocupação, podem aprisionar e ferir. São gestos que silenciam, que colonizam os corpos e as existências das crianças, impondo-lhes normas que sufocam o que há de mais autêntico em cada uma. Em contrapartida, educar deveria ser justamente o contrário: abrir espaços para o florescimento, acolher as diferenças e permitir que cada sujeito cresça sendo inteiro em sua singularidade. (Professora Paula, 2024)⁴.

De acordo com Farias, Macedo e Santos (2013, p.23):

A desigualdade é uma característica da sociedade contemporânea. Os sistemas hierárquicos de classificação e hierarquização criam mecanismo de subalternização, que se fundamenta em uma lógica binária que coloca em lados opostos adulto, crianças brancos e negros, homens e mulheres e contribuem para a construção desde o nascimento da desigualdade, ajudando assim manter

³ Nome fictício

⁴ Relato da professora Paula, durante encontro na Universidade do Estado da Bahia, *campus Salvador*, no dia 18 de agosto de 2024.



a norma estabelecida. Esta é por si só mais uma razão para afirmar a necessidade de desvelá-la.

Farias, Macedo e Santos e a narrativa da professora acima nos convida a refletir sobre a importância de reconhecer que o sistema educacional incluindo a educação infantil também se constitui como um espaço de reprodução de desigualdades e de cerceamento das infâncias criativas e inventivas. São infâncias que se expressam por gestos, olhares e linguagens próprias, construindo culturas, interpretando o mundo e, no convívio e confronto com a diversidade, edificando suas identidades. As crianças pequenas são alvos diretos de uma sociedade que busca controlar, e é na escola que muitas vezes se manifestam práticas de padronização, normatização e silenciamento. Por meio delas, ensinam-se, consciente ou inconscientemente, conteúdos conformistas, racistas, adultocêntricos, homofóbicos e machistas.

Enquanto educadoras, precisamos construir um ambiente que acolha, respeite e valorize cada criança em sua singularidade, um espaço em que todos possam se expressar livremente, sem medo de serem julgados. A experiência narrada permitiu compreender que a educação infantil deve ser um território de emancipação das diferenças, e não de negação das identidades. Refletir sobre o caso desse aluno foi um exercício profundo de repensar o papel docente diante das múltiplas infâncias que habitam a escola. Em vez de reproduzir padrões que limitam, cabe à educação promover o respeito, o diálogo e a sensibilidade para com as singularidades de cada criança. Assim, reafirma-se a urgência de uma prática pedagógica comprometida com a inclusão, a diversidade e a formação de sujeitos autônomos, críticos e livres para ser quem são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acolher e valorizar a diversidade na primeira infância implica desnaturalizar e descolonizar as formas de opressão que ainda marcam a educação, sejam elas de gênero, raça, classe ou sexualidade. Refletir sobre essas questões desde cedo é um ato de resistência e de compromisso com uma pedagogia que reconhece as diferenças como potências formativas, rompendo com os padrões normativos que limitam as possibilidades de ser e de existir. A escola, enquanto espaço social e cultural, deve assumir-se como território de escuta e diálogo,



promovendo práticas que assegurem o direito à diferença, o respeito e a liberdade de expressão de todas as crianças.

Nesse sentido, educar é um ato político e ético, que exige dos educadores sensibilidade, formação crítica e compromisso com os direitos humanos. A diversidade precisa ser compreendida não como um complemento do currículo, mas como eixo estruturante das práticas pedagógicas. Reconhecer e combater as desigualdades desde a educação infantil é plantar as sementes de uma sociedade mais justa, empática e plural, na qual a infância, vivida em sua inteireza e liberdade, se torne o solo fértil para o florescimento de novas subjetividades e modos de existir no mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. O direito da criança a educação infantil. **Pró-posições**, Campinas, v. 14, n. 3, set./dez. 2003.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/1602>. Acesso em: 4 maio 2025.

ARAÚJO, Marlene de. **Infância, educação infantil e relações étnico-raciais**. 2015. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AQQFT4/1/marlene___tese_final_08.05.17.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flakman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

ARROYO, Miguel G. Descolonizar o paradigma colonizador da infância. In: SANTOS, Solange Estanislau dos; SANTIAGO, Flavio; BARREIRO, Alex; MACEDO, Elina Elias de; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias**: por uma educação emancipatória desde o nascimento. Maceió: Editora Edufal, 2018. p. 27-57 DIAS, Lucimar Rosa; JANUÁRIO, Eduardo; PEREIRA, Nilda da Silva; OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias; TRIPODI, Zara Figueiredo. **Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021. e-book. ISBN 978-65-996065-2-6.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e a história e a cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.



BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2002.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela. Creches e pré-escolas em busca de pedagogias descolonizadoras que afirmem as diferenças. *In*: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel (org.). **Educação infantil e diferença**. Campinas: Editora Papirus, 2013. p. 109-124.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MACEDO, Eliana Elias de; SANTOS, Solange Estanislau dos. Educação infantil e diversidade cultural: para uma pedagogia macunaímica. *In*: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel (org.). **Educação infantil e diferença**. Campinas: Editora Papirus, 2013. p. 49-70.

MARTINS FILHO, Altino José. **Minúcias da Vida Cotidiana no Fazer-Fazendo da Docência em Educação Infantil**. 4ed. Florianópolis: Editora Insular, 2023a. 260p.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Educação e diferença: na direção da multidão. *In*: ABRAMOWICZ, Anete; VANDENBROECK, Michel (org.). **Educação infantil e diferença**. Campinas: Editora Papirus, 2013. p. 149-168.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Prólogo: escritura da experiência docente na educação básica. *In*: OLIVEIRA, Adelson de (org.). **Narrar e documentar: experiências de professores no ensino médio em território rural**. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 23-27.

SALVADOR. **Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil de Salvador**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/pdfs-nossa-rede/documentos-municipais/educacao-infantil/profissionais/Referencial.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

SANTOS, Solange Estanislau dos; SANTIAGO, Flávio; BARREIRO, Alex; MACEDO, Elina Elias de; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Apresentação: discursos e políticas de resistência para se pensar pedagogias descolonizadoras. *In*: SANTOS, Solange Estanislau dos; SANTIAGO, Flávio; BARREIRO, Alex; MACEDO, Elina Elias de; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). **Pedagogias descolonizadoras e infâncias: por uma educação emancipatória desde o nascimento**. Maceió: Editora Edufal, 2018. p. 13-25.



ⁱⁱ Professora Professora Titular Plena da Universidade do Estado da Bahia UNEB. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC/UNEB titular da UNEB-BA
E-mail: jrios@uneb.br

